

Investidor descrente com o pacote

Especialistas dizem que o governo gasta demais e ainda não tem um projeto definido de crescimento para mostrar ao mundo

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

Analistas e investidores internacionais acreditam que o pacote fiscal lançado pelo governo não será suficiente para corrigir o desequilíbrio das despesas da União, que poderia diminuir a dívida pública. Ações mais drásticas, como a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, seriam fundamentais para o País restaurar sua credibilidade junto à comunidade financeira mundial.

Na quarta-feira, depois que o pacote foi anunciado, o banco Gold-

man & Sachs promoveu uma conferência por telefone com 300 investidores de peso com sede nos Estados Unidos e Europa. Jorge Mariscal, diretor da área de estratégia para mercados emergentes, disse que os clientes se mostraram céticos quanto ao sucesso das medidas. "Eles ficaram em dúvida se as novidades alcançarão o objetivo desejado. Havia também preocupações quanto à capacidade do governo de implementar o corte de despesas e aumento de impostos", comentou.

Segundo o diretor do Goldman & Sachs, o programa fiscal deverá trazer resultados muito tímidos para a redução da dívida interna, que está

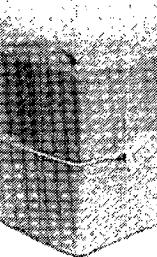
em 41,9% do Produto Interno Bruto (tudo que é elaborado no país em 12 meses). No ano 2001, de acordo com estimativas do governo, a taxa subirá para 44,4% do PIB. "Se ocorrer uma desvalorização da moeda, esse passivo sobe muito", afirmou. Cerca de 70% deste débito estão indexados ao dólar. "Um súbito crescimento desse total pode tornar seu pagamento aos credores impraticável". Nessa situação, seria inevitável o País declarar moratória, o que provocaria uma aguda suspensão de empréstimos internacionais ao Brasil.

ARRECADAÇÃO

Para Arturo Porzecanski, economista-chefe do banco ING Barings para as Américas, o governo teve o mérito de reconhecer que está interessado em corrigir seus problemas fiscais. Porém, "dois terços do pacote" são baseados no aumento da arrecadação, como o aumento da

Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). "O Estado no Brasil sempre foi gastador. Quando o Executivo precisa mostrar que está empenhado na reversão dessa prática, ele mantém a tática do passado. Isso não representa mudanças".

Na opinião de Porzecanski, os investidores têm várias razões para duvidar se o governo conseguirá harmonizar seus gastos com as receitas. Para ele, o ajuste fiscal apenas pode ser previsível para 1999. "O governo peca por não ter um plano de longo prazo que mostre ao mundo seu projeto de desenvolvimento", afirmou. "O Brasil conseguiu controlar a inflação, o que foi notável.



Mas precisa mostrar ao planeta como crescerá. Esse ato o ajudaria a restaurar a confiança junto aos aplicadores de recursos".

O governo deverá reduzir o déficit público nominal (receitas menos despesas, incluindo os juros) de 7,6% do PIB para 2,5% em 2000. O economista do ING acredita que a queda é baixa, pois outros países latino-americanos apresentam números muito melhores. Neste ano, o buraco das contas federais na Argentina e Uruguai será de 1,1% do produto interno enquanto que no Uruguai ficará em 0,5%. No Chile, as receitas superam as despesas em 1,2% do PIB.

Como os juros médios em 1999 chegarão a 21,89%, um dirigente de um banco alemão não acredita que o Executivo derrubará o déficit público nominal para 4% do PIB no próximo ano. "O País terá que obter US\$ 24 bilhões em privatizações para que

essa meta seja atingida", comentou. "Como o mercado está desconfiado do Brasil, é possível que a receita obtida com as empresas de energia não passe dos US\$ 16 bilhões".

Para Riordan Roett, professor de política econômica da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, os investidores não entendem porque o governo não determina que estados e municípios sigam a Lei Câmata. Segundo a legislação, as despesas administrativas do Executivo não podem ultrapassar 60% dos sete orçamentos.

O pacote fiscal da quarta-feira deu um perdão a governadores e prefeitos, pois permitirá que se enquadrem na lei somente no ano 2000. "É uma decisão irresponsável", comentou. "Na hora que o Ministério da Fazenda deveria ser muito mais rígido, dá um prêmio para quem é gastador e não respeita os problemas sérios que tomam a economia brasileira".